

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

Prefeitura Municipal de Rondon do Pará		
Processo	Folha	Rubrica
0372/23	01	SP

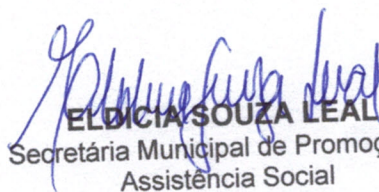
Ofício nº 256/2023-SMPAS

Rondon do Pará/PA, 05 de abril de 2023.


À Comissão Permanente de Licitação
Joana Darc Pereira de Souza Alencar
Presidente
Rondon do Pará -PA

Excelentíssimo Senhor Prefeito, Vimos solicitar, em caráter de urgência, **CONTRATAÇÃO** para locação de imóvel, para atender a família em situação de vulnerabilidade temporária devido a situação de emergência onde ocorreu deslizamento de terra afetando residências da Rua Bahia e Rua dos Pioneiros, por meio do qual este município decretou situação de emergência, conforme Decretos 0036/2015 e 0048/2015, de acordo com o que está preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei Federal 8.742/1993, art. 22, §2º: "Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública". Segue, em anexo, Termo de Referência e documentação necessária para a efetivação do mesmo. Sem mais para o momento, externamos votos da mais alta estima e apreço.

Atenciosamente,


ELDÍCIA SOUZA LEAL
Secretária Municipal de Promoção e
Assistência Social
Decreto nº 017/2021

Prefeitura Municipal de Rondon do Pará - PA
Protocolo nº 1259/2023
Recebi em 05/04/2023


Departamento de Protocolo, Correspondências e Arquivo

Patrícia Tavares D. Almeida Botelho
DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social



ANEXO I

1. DO OBJETO:

Locação de imóvel para atender família em vulnerabilidade temporária onde ocorreu deslizamento de terra afetando residências da Rua Bahia e Rua dos Pioneiros, sendo decretada Situação de Emergência (Decreto nº 0036/2015). A beneficiária é a Sra. ALICE MAIA DE ALMEIDA, que residia na Rua Bahia nº 10, neste município.

2. JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, vem justificar a locação de imóvel para atender famílias em situação de vulnerabilidade temporária devido à situação de emergência onde ocorreu deslizamento de terra afetando residências da Rua Bahia e Rua dos Pioneiros, por meio do qual este município decretou situação de emergência, conforme Decretos 0036/2015 e 0048/2015, de acordo com o que está preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei Federal 8.742/1993, art. 22, §2: "Poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública". Ressalta-se que a Lei Municipal 406/2001 não prevê esse serviço, visto ser esta a primeira ocorrência de situação de emergência em Rondon do Pará.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

O proprietário do imóvel é o Sr. SIDINEI SIMÕES NASCIMENTO, portador do RG 2681176 PC/PA e CPF: 486.493.412-68, imóvel localizado na Rua Tiradentes, nº 429 - Centro, no valor de R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais). As despesas referentes à energia elétrica, água e IPTU são de total responsabilidade da beneficiária.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

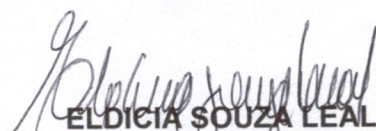
O prazo de início do contrato será a partir da data da assinatura, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

5. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

A locação será custeada com recursos próprios da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do início da referida locação.

6. DA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Nadir Santos e Silva (CPF 613999812-34), conforme portaria 002/2022-SMPAS.


ELDÍCIA SOUZA LEAL
Secretária Municipal de Promoção e
Assistência Social
Decreto nº 017/2021

RELATÓRIO SOCIAL

I- IDENTIFICAÇÃO

1.1 - NOME: ALICE MAIA DE ALMEIDA

1.2 - IDADE 80 anos

DATA DE NASCIMENTO: 09.10.1942

1.3 - RG: 2339229 – SSP/PA

1.4 – ENDEREÇO ATUAL: RUA TIRADENTES, Nº 429, BAIRRO CENTRO

II – DESCRIÇÃO DA DEMANDA

Analisar a situação social da Srª ALICE MAIA DE ALMEIDA, considerando a importância da disponibilidade de Aluguel Social sendo este um benefício assistencial de caráter temporário, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas de vulnerabilidade temporário ou calamidade pública.

III - INSTRUMENTAIS UTILIZADOS:

- Visita Domiciliar
- Entrevista
- Observação

IV – SITUAÇÃO ATUAL

No dia 08 /03 / 2023 fora realizado uma visita domiciliar a Sra. Alice, a mesma informou em Janeiro de 2015, teve que sair da sua residência na Rua Bahia , pois encontrava-se em situação de risco, sendo notificada pela Defesa Civil na época, a mesma encontra-se beneficiária do Benefício Eventual Aluguel Social para reside com sua família em outro local paga pela Prefeitura Municipal de Rondon do Pará , na qual convive com sua filha a Sra. Adriana Alves de Almeida (40 anos) e sua neta Leticia Alice Silva Almeida (12 anos), que atualmente a família reside em casa alugada (kitnet) , construída de alvenaria, composta por seis (06) cômodos, três (03) quartos e dois (02) banheiros internos.

A Sra. Alice informou também que ainda não foi indenizada pela prefeitura, que esteve que ficar cinco (05) meses em no município Goiânia – GO em tratamento de

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS II**



catarata e está com sintomas de hipertensão arterial. E atualmente sua filha trabalha na direção de escola no bairro Miranda.

V- PARECER TÉCNICO

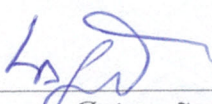
Diante do exposto acima levando em consideração impossibilidade do retorno da família a residência própria situada na Rua Bahia, sugere-se a prorrogação do Benefício Aluguel Social a Sra. Alice Maia de Oliveira e a família, tendo em vista atender as necessidades de vulnerabilidade temporária e calamidade pública conforme o que rege o benefício na Lei Municipal Nº 682/2015, no Art. 8º e alínea d) :

Art. 8º. O auxílio vulnerabilidade constitui-se para atender famílias e indivíduos com acesso precário ou nulo às necessidades humanas básicas, advindas de situações de vulnerabilidade temporária e riscos sociais para garantir os direitos de cidadanias:

d) aluguel social, que será destinado nas situações de: desligamento das unidades de acolhimento ou para evitar o acolhimento nestas, situações de mulheres impossibilitadas de garantir moradia a seus filhos em razão de terem sido abandonadas pelos seus companheiros, situação de violência física ou sexual, no processo de reconstrução da vida de pessoas com longa permanência nas ruas; famílias e/ou indivíduos atingidos por calamidades públicas, devidamente reconhecida pela Defesa Civil de acordo com a Instrução Normativa 001, de 24 de agosto de 2012, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Será concedido por um período de 03 meses, podendo ser ampliado conforme análise técnica. O valor a ser pago no aluguel social deverá ser designado pelo Poder Executivo de até $\frac{3}{4}$ (três quartos) do salário mínimo.

Rondon do Pará, de 08 de Março de 2023

Samilles do S. G. dos Santos
Assistente Social
CRESS Nº 12.151
1ª Região PA



Samilles do Socorro Guimarães dos Santos
Assistente Social
CRESS/PA 12.151

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PARA
POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Alice Maria de Almeida
ASSINATURA DO TITULAR

12.827.396

CARTEIRA DE IDENTIDADE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 15
Indônia
Rubrica

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2339229 3 VIA DATA DE EXPEDIENTE 10/10/2017

NOME ALICE MAIA DE ALMEIDA

FUNÇÃO CECILIO ALVES DE MAIA
QUERUBINA PEREIRA NUNES

NATURALIDADE MEDEIROS NETO BA

DATA DE NASCIMENTO 09/10/1942

DOO DESEN NUM:662 LIV:03 FOL:53

CPF 595312582-87 PARA 074

FACTOR RH 11.658.617

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº7.116 DE 29/08/83

Indústria Gráfica e Editora